

Quem fala a minha língua? vol.2

मेरी भाषा किसको आती है ?
میری زبان کس کو آتی ہے ؟

Quoi ec ta glare
my ghooie?

Wer redt in minere Sproch?
Wer spricht meine Sprache?
Wer redd mini Spröch?

Qui parle era
mia lengua?

Kven snakkar
språket mitt?

Hvem snakker
språket mitt?

Robert Neal Baxter
Dominique Huck
Aitor Carrera
Tadhg Ó hlfearnáin
Lars S. Vikør
Philippe Mouraux
Robert D. King

ATR¹VÉS
editora

QUEM FALA A MINHA LÍNGUA? VOL 2

1ª edição, fevereiro 2015

© 2015 AGAL

Associação Galega da Língua

Santiago de Compostela

editora@agal-gz.org

www.atraves-editora.com

ISBN: 978-84-87305-88-7

Depósito legal: C 91-2015

Coordenação textual: Robert Neal Baxter

Coordenação editorial: Valentim Fagim

Revisão textual: Valentim Fagim, Marcos Vence e Afonso Mendes

Diagramação: Miguel R. Penas

Capas e mapas: Hugo Rios e Miguel R. Penas

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

O norueguês: Bokmål vs. Nynorsk

Lars S. Vikør

Universidade de Oslo

(Traduzido do inglês por: Paula Feliz Domínguez e Xavier Valverde Alonso)

Lars S. Vikør

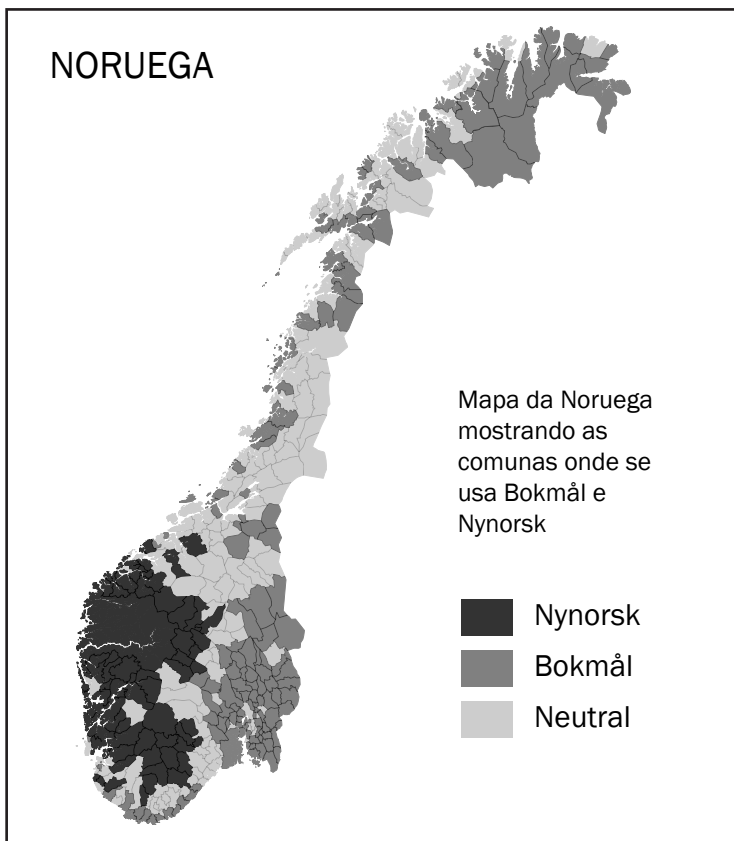
Nascido em Oslo, em 1946, tem um mestrado em Língua e literatura indonésias da Universidade de Leiden (Países Baixos). É professor de linguística escandinava especializado no norueguês na Universidade de Oslo desde 1993. É um dos quatro principais editores do projeto lexicográfico em 12 tomos *Norsk Ordbok* ('Dicionário do norueguês') abrangendo o nynorsk e os dialetos noruegueses, previsto para 2015. É autor de numerosas publicações sobre a planificação linguística do norueguês e sobre a história da língua, autor de *The Nordic Languages - their Status and Interrelations* (Oslo 1993, última edição 2001).

Abstract

This chapter opens by presenting the different languages native to Norway, with Norwegian as the majority language. Above and beyond the great dialectal variety, the author describes the two Norwegian written norms, which are mutually comprehensible, much as Norwegian is mutually intelligible to a large extent with Swedish and Danish. The history of Norway provides the setting in order to understand the evolution of Norwegian as a language in its own right, first as a national variety of Danish, finally crystallising into the currently dominant norm, as well as the emergence of the alternative written norm based on Norwegian spoken dialects, describing in turn all of the subsequent name changes and linguistic reforms applied in each case. The author also addresses the question of convergent varieties, as well as attempting to emphasise divergence between the two norms.

Resumo

Começa este capítulo por apresentar as diferentes línguas nativas da Noruega, com o norueguês como língua majoritária. Além da grande variedade dialetal, o autor descreve as duas normas escritas do norueguês, mutuamente compreensíveis, assim como este o é em grande medida a respeito do sueco e do dinamarquês. A história da Noruega fundamenta a estruturação precisa para compreender a evolução do norueguês como língua por direito próprio, em primeiro lugar como uma variedade nacional do dinamarquês e cristalizando depois na norma atualmente dominante, assim como a emergência da norma escrita alternativa, baseada nos dialetos orais noruegueses, descrevendo as subseqüentes mudanças na sua denominação e as reformas linguísticas em cada caso implementadas. O autor aborda também a questão das variedades convergentes, sem deixar de bater o ponto das tentativas de fazer afastar ambas as normas.



Noruega

Extensão: 385.155 km²

População: 5.109.056 hab. (2014)

Línguas oficiais: norueguês (bokmål e nynorsk), sami (em oito municípios), kven (num município).

Administração: Estado unitário com subdivisões administrativas em dous níveis, condados (fylker) e comunas (kommuner).

Povoações mais importantes: Oslo (capital), Bergen, Trondheim.

O norueguês é falado pela maioria da população norueguesa, cerca de 5 milhões de pessoas, embora algumas dezenas de milhares tenham outras línguas como primeira. Em primeiro lugar, as minorias nacionais: o *sami* (o qual compreende três variedades que atuam como línguas distintas: o sami do norte, a língua sami de Lule e o sami do sul) e o *kven* (uma variedade do finlandês que hoje tem o estatuto de língua), falados principalmente no Norte da Noruega, para além das denominadas *línguas romanis*, faladas por algumas centenas de pessoas. As comunidades que utilizam estas línguas são reconhecidas por lei como minorias nacionais (os sami têm o estatuto especial de *urfolk*, ‘povo indígena’). Além disso, há muitas «línguas imigrantes» que entraram no país desde a década de 1960 e teríamos ainda a língua de sinais com cerca de 3.000 utentes.

A língua maioritária, o norueguês, tem duas variedades escritas: o *bokmål* («língua dos livros») e o *nynorsk* («novo norueguês»). São variedades tão próximas dum ponto de vista linguístico que podem ser considerados «dialetos escritos», reciprocamente inteligíveis. Oralmente, os dialetos locais são am-

plamente utilizados em todo o país e também são mutuamente inteligíveis, embora possam ser muito diferentes nomeadamente pela entoação. Por sua parte, tanto o sueco como o dinamarquês estão intimamente relacionados com o norueguês sendo maioritariamente inteligíveis para os noruegueses apesar das pequenas dificuldades encontradas durante os primeiros contatos.

Na fala há muita mistura entre *bokmål* e *nynorsk*, mas por escrito as variedades estão mais claramente delimitadas. O *nynorsk* é utilizado principalmente no Oeste da Noruega como língua escrita por cerca de 10% das pessoas, quase meio milhão de pessoas, enquanto o *bokmål* é maioritário no resto do país, usado por escrito por cerca de 90% da população.

O presente artigo incidirá sobre a relação entre o *bokmål* e o *nynorsk* através de uma pesquisa histórica e outra sociolinguística.

Contexto histórico e social

O norueguês pertence ao grupo de línguas germânicas do Norte, em que também se inserem o sueco, o dinamarquês, a língua faroesa (língua das Ilhas Faroé, hoje parte autónoma do reino de Dinamarca) e o islandês. Tem raízes comuns com o nórdico antigo o qual, durante a era víquingue (800-1050) e a Idade Média (até cerca do ano 1500) foi escrito e falado na Noruega. Este território foi um reino independente do século XI até o XIV, altura em que existiam várias comunidades de emigrantes no Atlântico Norte (Ilhas Faroé, nas Órcades, as Ilhas Shetland, Islândia e Gronelândia). O nórdico antigo era uma língua literária com um grande volume de manuscritos em pergaminho, provenientes principalmente da Islândia, mas também da Noruega.

A partir do século XIV o reino da Noruega enfraqueceu, especialmente por causa da Peste Negra de 1350. Se bem que nominalmente ainda era independente, o país estava integrado numa união escandinava com o seu centro de poder na Dinamarca. A Suécia também pertenceu a esta união, mas quebrou o seu vínculo com ela várias vezes e definitivamente em 1523. Desde então, o reino dinamarquês abrangeu a Noruega e todos os seus domínios, exceto as Órcades e as Ilhas Shetland que foram cedidas para a Escócia em 1469, mas a língua *norn*, decorrente do nórdico antigo, sobreviveu lá durante mais alguns séculos.

O nórdico antigo escrito foi sendo substituído gradualmente pelo dinamarquês, embora isso não acontecesse na Islândia. Uma das razões que explicam essa circunstância foi a distância linguística: o norueguês foi profundamente influenciado pelo dinamarquês sobretudo nas cidades e posteriormente também nos núcleos rurais, mas ainda num maior grau pelo baixo alemão, que era a língua da Liga Hanseática, império comercial que dominava o comércio entre o Norte da Europa e tinha a sua base nas cidades alemãs de Hamburgo, Bremen e Lübeck, entre outras. Tanto o norueguês como o dinamarquês e o sueco compartilhavam uma data de palavras do baixo alemão. As línguas sofreram uma rápida simplificação morfológica (terminando com um declínio relativamente simples e padrões de conjugação), enquanto, neste aspeto, o islandês manteve certos traços do nórdico antigo (com um complexo sistema de inflexão), o que sofreu também a língua faroesa num menor grau. O resultado foi que essas duas línguas insulares nunca mais seriam compreendidas pelos escandinavos, enquanto as três línguas escandinavas desenvolveram paralelismos e mantiveram a inteligibilidade.

Este facto, mais uma vez, facilitou o trânsito do dinamarquês para a sociedade norueguesa como a nova e moderna «língua oficial», não apenas da Dinamarca, mas também da Noruega. O «norueguês» sobreviveu apenas na forma de dialetos falados em todo o país.

Muito significativo a esse respeito foi a abolição da Igreja Católica na Escandinávia. Esta instituição, com a sua dependência do latim como língua eclesiástica, foi dominante durante a Idade Média, mas na Dinamarca – que abrangia também a Noruega – foi substituída na década de 1530 por igrejas estatais com base na versão de Martin Luther do protestantismo. O resultado mais determinante, no plano linguístico, foi a tradução da bíblia para as línguas vernáculas, em primeiro lugar o Novo e depois o Antigo Testamento, elemento-chave na reforma luterana. Porém, enquanto suecos e islandeses receberam esses textos sagrados nas suas próprias línguas, os noruegueses bem como os habitantes das ilhas Faroé, tiveram de se contentar com a versão dinamarquesa e o prestígio do dinamarquês na Noruega aumentou ainda mais com a sua nova condição de língua sacra.

O nórdico antigo escrito extinguiu-se no século XVI. Para os noruegueses, o dinamarquês era a única língua escrita «correta», enquanto os dialetos noruegueses eram usados unicamente na fala. Aos poucos, pelo menos a partir do século XVIII, a elite desenvolveu um código falado independente. Tinha como base o sistema de escrita dinamarquês, mas na medida em que a diferença fonética entre dialetos noruegueses e dinamarqueses era considerável, a pronúncia permaneceu marcadamente norueguesa. A ortografia dinamarquesa ficou mais conservadora do que a pronúncia que adquiria cada vez mais traços propriamente

dinamarqueses. Por sua parte, a pronúncia norueguesa da língua escrita aproximava-se mais a esta do que a pronúncia dinamarquesa. No século XVIII, alguns observadores contemporâneos mesmo refletiram sobre o facto de a pronúncia da elite norueguesa, ao falar dinamarquês, era mais cuidada do que se podia ouvir na própria Dinamarca, ainda que a Noruega fosse apenas uma província e Copenhaga a metrópole.

Em 1814, de repente, tudo mudou. As invasões napoleónicas terminaram com a derrota do Imperador e, enquanto a Dinamarca escolhera o bando perdedor, a Suécia ficou do lado dos vencedores, junto dos britânicos. O resultado foi que os suecos podiam forçar o rei dinamarquês a ceder a Noruega para a Suécia (embora as ilhas Faroé, Islândia e Gronelândia ficassem com a Dinamarca). A elite norueguesa tentou vingar-se organizando uma revolução nacional. Convocou eleições para estabelecer uma convenção nacional que se reuniu para declarar Noruega um reino independente e redigir a sua constituição. A Suécia não aceitou, mas após uma breve guerra atingiu-se um acordo. A Noruega foi autorizada para manter a sua nova constituição, mas um parlamento extraordinário teve de ser convocado e eleito de maneira a modificar a constituição para que o rei da Suécia fosse também eleito rei da Noruega. Em virtude do anterior, a Noruega adquiriu o estatuto de Estado independente, embora gozasse de uma semi-independência sob a coroa Sueca.

Na altura, o dinamarquês era ainda a única língua escrita usada na Noruega e as autoridades suecas aceitaram este estatuto. De facto, o sueco nunca foi promovido para esta função. Contudo, o novo nacionalismo desenvolvido graças à influência de correntes homólogas na Europa, numa primeira fase só cultural,

também tinha um conteúdo linguístico. Um grupo crescente de noruegueses achava um problema que a língua padrão fosse o dinamarquês, ainda que alguns preferissem chamá-lo de norueguês e outros empregassem a denominação neutral de «língua mãe».

A ideia de reformar a própria língua foi formulada pela primeira vez na década de 1830. Já então duas estratégias diferentes foram formuladas. A primeira propunha introduzir elementos léxicos e idiomáticos noruegueses do padrão dinamarquês no norueguês com o intuito de criar uma versão separada do dinamarquês, de aqui para frente denominada dano-norueguês. A segunda, por seu lado, começou uma investigação dos dialetos orais, particularmente aqueles que mantivessem as características léxicas, fonéticas e morfológicas do norueguês antigo para depois codificar um padrão comum em função dessas características. Desta forma, surgia um padrão isolado do norueguês.

Ambas as estratégias foram seguidas e o resultado foram duas variedades diferentes do norueguês: o *bokmål*, derivado do dinamarquês; e o *nynorsk*, com base nos dialetos noruegueses.

O nynorsk

O fundador desta língua (ou variedade linguística dado que não há consenso sobre a forma de o designar) foi Ivar Aasen (1813-1896). Filho de um arrendatário do Oeste da Noruega, teve a oportunidade de estudar várias línguas e mesmo chegou a esboçar uma gramática do seu próprio dialeto. Recebeu uma bolsa de estudos para viajar pela Noruega e descrever sistematicamente os seus dialetos, o qual nunca tinha sido feito antes. As suas viagens desenvolveram-se de 1842 a 1846 e, posteriormente, em 1848, publicou uma gramática dialetal comparada do

norueguês e em 1850 um dicionário. Continuou os seus estudos com um subsídio do parlamento e, em 1853, publicou um intento de versão codificada com base nas características comuns dos dialetos em comparação com o nórdico antigo, que era visto como o antepassado comum a todos eles. Dado que os dialetos noruegueses ocidentais ficaram relativamente mais próximos à estrutura matricial do norueguês antigo, o seu padrão passou a se assemelhar à maioria desses dialetos. Ora, mesmo neles e sendo relativamente conservadores, a morfologia do nórdico antigo já tinha sido largamente simplificada.

Aasen publicou vários exemplos do seu padrão em forma de poemas, ensaios, contos populares ou uma saga islandesa traduzida e outros o seguiram com a publicação de obras literárias ou material jornalístico. Também se compilou e publicou material didático para as escolas. Em 1885, um decreto parlamentar deu status oficial a este padrão e, a partir de 1892, passou a ser ensinado nas escolas em virtude de um processo de decisão local. Por volta de 1900, a Noruega tornara-se um país com dois padrões para uma única língua: o dano-norueguês, amplamente dominante; e o norueguês puro, lutando para se arraigar nas áreas rurais do sul do país.

O bokmål

O dinamarquês não fora formalmente reformado na Noruega antes de 1900, mas um movimento para a sua norueguização estava a se desenvolver em círculos nacionalistas e radicais, sobretudo entre o professorado, que apontava dificuldades no ensino do código tradicional para os alunos falantes de algum dos dialetos. O ideólogo principal por trás do movimento foi

Knud Knudsen (1812-1895), professor do ensino secundário que morava na capital, *Christania* (agora Osloii). Knudsen trabalhou por uma reforma em que a ortografia do dano-norueguês se aproximasse à fala diária das elites educadas, em oposição ao discurso formal e cerimonial da mesma elite, que estava significativamente achegado à escrita do dinamarquês. Knudsen e os seus seguidores usavam argumentos nacionalistas e pedagógicos para a norueguização da língua, com base na fala diária da elite educada, como também nas características dos dialetos mais populares nas áreas centrais e urbanas do país. Visavam criar um padrão para o norueguês diferente do que Aasen propôs, em essência, um modelo mais urbano e moderno.

O norueguês a partir de 1900

Embora se aprofunde nisto posteriormente, a seguir apresenta-se um breve esboço muito geral dos desenvolvimentos do norueguês a partir de 1900. Usaremos os anos mais importantes como base sobre a qual articular a descrição e partiremos do ano 1905, altura em que a Noruega deixou de pertencer à Suécia e se estabeleceu como reino independente.

1907. Uma reforma ortográfica do dano-norueguês que atingia características morfológicas e ortográficas estabelece esta variedade como língua independente do dinamarquês, contribuindo para que o seu desenvolvimento posterior tivesse lugar num contexto exclusivamente norueguês. Neste mesmo ano, faz-se obrigatório passar um exame no ensino secundário para dominar ambas as variedades (dano-norueguês e norueguês puro). Apenas uma minoria supera essa etapa educativa, contudo, essa minoria será a que forneça os funcionários necessários

para o ensino público ao nível nacional e local.

1917. Uma nova reforma que abrange ambas as variedades escritas tenciona aproximá-las com o objetivo final de criar uma amálgama. Introduz-se assim um alto grau de opcionalidade entre as formas tradicionais e as novas. Na prática, as mudanças mais moderadas no dano-norueguês que achegam a língua à fala quotidiana da elite urbana são logo aceites no uso. Contudo, as mudanças mais radicais, com formas semelhantes ao *nynorsk* e à fala popular não elitista (tanto urbana como rural) são recusadas e a sua presença nos textos é escassa ou nula.

1929. Por decreto oficial o dano-norueguês é rebatizado oficialmente como *bokmål* («língua dos livros»), enquanto a variedade do norueguês puro denomina-se *nynorsk* («o novo norueguês»).

1930. Uma regulamentação para o serviço público nacional exige a todos os escritórios governamentais usarem ambas as variedades nos seus contactos com o público. Neste momento, o *nynorsk* atingira já o ocidente da Noruega e as áreas centrais montanhosas do Sul, bem como outras áreas locais nos extremos sul e norte. O *bokmål*, por sua parte, dominava o resto do país.

1938. Promove-se uma nova reforma ortográfica que atinge outra vez ambas as variedades e que introduz muitas formas do *nynorsk* e outros elementos dialetais no *bokmål*, bem como formas do norueguês ocidental e a sonoridade do *bokmål* no *nynorsk*. A opcionalidade antes aludida é reduzida, mais ainda estava até certo ponto presente. A nova ortografia é ainda mais problemática do que a sua predecessora, mas a ocupação alemã na II Guerra Mundial (1940-1945) «congela» o conflito linguístico durante um tempo.

1952. O parlamento estabelece uma comissão oficial para a língua (*Norsk språknemnd*), a quem se confere a responsabilidade de dirigir uma futura codificação e cultivo da língua em diferentes níveis, sempre baixo a premissa da amalgamação de variedades.

1959. A década de 1950 acolhe uma intensa disputa contra a política de amalgamação, particularmente nas zonas urbanas sendo encabeçada pela direita política, a qual durante os vinte anos posteriores à II Guerra Mundial permanecera na oposição ao Partido Trabalhista. Em 1959, uma nova reforma ortográfica que englobava *Bokmål* e *Nynorsk* é promulgada. Embora se mantivesse o princípio de amalgamação como elemento central, introduzem-se certas modificações e consolida-se o modelo de 1938 em vez de dar novos passos.

1964-66. O governo nomeia uma comissão para avaliar a sua política linguística e esta aconselha uma retirada parcial da política de amalgamação, aceitando formas *bokmål* tradicionais que foram excluídas da norma oficial em reformas anteriores e mantendo um alto grau de opcionalidade. O conflito linguístico míngua gradualmente.

1972. A comissão linguística é substituída por um conselho para a língua (*Norsk språkråd*) com tarefas semelhantes, mas acrescentadas, como verificar e melhorar o uso da língua nos manuais escolares. Confia-se a este conselho a encomenda de reavaliar o padrão *bokmål* em novos pontos. *Norsk språkråd* rege-se pela política. Este Conselho ficou encarregado de reavaliar o padrão do *bokmål* partindo de princípios novos, baseando-se numa versão modificada da política de fusão, quer dizer, apoiando tendências já utilizadas normalmente na prática que

reduzem as diferenças entre as diferentes variedades linguísticas, mas sem adotar fusões antes de surgirem espontaneamente. Reforçar a variedade minoritária, o *nynorsk*, também seguia a ser uma prioridade importante para o Conselho.

1981. O parlamento promulga uma nova reforma do *bokmål*, que novamente reintroduz muitas formas tradicionais no padrão e continua com um alto grau de opcionalidade entre formas «conservadoras» e «radicais».

2005. O conselho para a língua é substituído por uma nova instituição, também denominada *Språkrådet*. Agora, a sua tarefa já é tanto a codificação da língua como o seu cultivo e defesa contra a pressão alheia, nomeadamente do inglês. Promulga-se a nova ortografia do *bokmål* com base numa pesquisa quantitativa a respeito do seu uso escrito, para além de outras análises de corpus de textos. Reduz-se a opcionalidade e muitas formas raras foram sancionadas, enquanto se admitiram várias formas tradicionais.

2012. uma reforma similar é implementada para o *nynorsk*, a partir de vastas análises do corpora eletrónico existente e em constante evolução e das discussões generalizadas entre os utentes do *nynorsk*, provocadas pelas decisões governamentais sobre a língua. O resultado é uma redução das diferenças entre o uso moderno e um padrão que incluía muitas «formas patrimoniais» opcionais, mas raramente usadas, provenientes de etapas anteriores do desenvolvimento da língua.

Relações linguísticas

Juntamente com o sueco, o dinamarquês e o norueguês estão intimamente relacionados com as línguas do grupo escandina-

vo. Costumavam ser mutuamente inteligíveis e ainda o são em grande medida, pelo menos na escrita. Porém, a inteligibilidade oral é reduzida já que a fonologia do dinamarquês desenvolveu-se numa direção muito diferente que não se pode explorar no presente artigo. A pronúncia do dinamarquês soa extremamente «turva» aos ouvidos noruegueses e suecos. No entanto, o dinamarquês escrito é conservador e tem a sua base em convenções que foram desenvolvidas a partir do século XVI. De facto, a ortografia atual do dinamarquês reflete um sistema fonológico que se assemelha mais ao *bokmål* do que ao próprio dinamarquês moderno (especialmente se é pronunciado com sotaque do norueguês da costa meridional, parte da Noruega que teve alguns desenvolvimentos fonéticos em comum com o dinamarquês daquela altura, provavelmente por causa de contactos linguísticos entre ambas as ribeiras do Skagerrak³³ durante o medievo). Isto significa que quando os noruegueses leem em alto um texto escrito em dinamarquês, podem lê-lo com pronúncia norueguesa, como se fosse um texto escrito em *bokmål* com alguns desvios que são refletidos na ortografia. Para os noruegueses é quase como ler um texto (dano-)norueguês do século XIX.

Mas, como já vimos, o próprio norueguês abrange uma série de variedades marcadamente diferentes, muitas vezes com limites difusos entre elas. Têm nomes noruegueses diferentes que não são simples designações neutras, pois carregam conotações ideológicas e psicológicas e, portanto, tornam-se objetos de luta e conflito. Vamos analisar os mais importantes.

33 Estreito entre o Sul da Noruega, o Leste da Suécia e o Noroeste da Jutlândia dinamarquesa.

Como já foi acima referido, os dous padrões oficiais do norueguês são chamados *bokmål* («língua dos livros») e *nynorsk* («novo norueguês»). Ambos os termos tiveram nomes diferentes durante o tempo em que existiram, designando diferentes variedades da língua. Além disso, a política de amalgamação precisava de nomes diferentes para atingir o seu objetivo, quer dizer, o *samnorsk* («norueguês comum»). Analisaremos as duas variedades uma por uma para, a seguir, o norueguês comum.

O *bokmål* evoluiu, como já foi assinalado, a partir do dinamarquês escrito pronunciado polos nativos noruegueses. Já por volta de 1830, imediatamente depois da secessão da Noruega a respeito da Dinamarca, levantaram-se dúvidas sobre como denominá-lo. Houve quem preferisse referir-se a ele como «dinamarquês», como muitos americanos chamam de «inglês» à sua língua. Outros insistiam em denominá-lo «norueguês», como também há americanos que preferem o nome de «americano» para designar o seu idioma. Um terceiro posicionamento pulava por solucionar o problema de raiz e usar a denominação *Mordersmaalet* («língua mãe»), o qual certamente não funcionou. Estas discussões foram o início do processo que conduziu para a norueguização da cena linguística norueguesa, a qual foi já analisada. Contudo, o problema seguia sem ser resolvido quando uma versão parcialmente norueguizada da língua escrita apareceu no final do século XIX. Como devia de ser chamada?

Houve várias propostas, mas nenhuma regulamentação oficial ao respeito. *Skriftsproget* («língua escrita») foi suficiente para muitos, como também o foi *Bogsproget* («língua dos livros»). Na decisão parlamentar que implicou a equalização dos dous padrões (a partir de 1885) usou-se a denominação *det*

almindelige Bogsprog («língua geral dos livros»). Alguns dos mais destacados especialistas no âmbito favoráveis à continuidade da norueguização escolheram *dansk-norsk* («dano-norueguês»), entre eles Knud Knudsen. Por outro lado, os «inimigos» desta língua, os adeptos de *nynorsk*, preferiam *norsk-dansk* («noruego-dinamarquês»). A diferença residia em que estes últimos concebiam a língua como um dinamarquês norueguizado, enquanto Knudsen e os seus adeptos entendiam que o norueguês derivava do dinamarquês (a última parte de um nome composto em escandinavo carrega o significado principal da palavra, enquanto o primeiro componente é um modificador; portanto, entendia-se que *dansk-norsk* era um tipo de norueguês e *norsk-dansk*, pela sua parte, um tipo de dinamarquês).

O vencedor desta desorganizada competição foi, ainda que só de maneira preliminar, uma nova alternativa: *Riksmål*, que significava «língua do Estado» ou «língua do Reino». O primeiro componente *riks-* derivava de *rike-*, inspirada no alemão *Reich* (e, assim, *riksmål* em *Reichssprache*). Tanto na Alemanha como na Escandinávia o significado de *reich/rike* foi e é um bocado nebuloso; pode implicar tanto «Estado» (no sentido europeu institucional do termo, não no americano), como «país» ou «nação». As palavras com o prefixo *riks-* em norueguês costumam implicar o sentido de «nacional» em oposição a «regional», este último conceito abrangendo apenas certas partes do país, como a província ou o município. Este prefixo representa, portanto, a maior categoria numa hierarquia de unidades. Mesmo alguns adeptos de *nynorsk* queriam a denominação *riksmål* para a sua variedade pela posição formal e social que subjaz a esta palavra. *Nynorsk som einaste riksmål i landet!* («*nynorsk*

como o único *riksmål* do país») era uma das consignas dos mais militantes. Mas, na verdade, a começos do século XX *riksmål* era como se conhecia mais comumente a língua que hoje denominamos *bokmål*.

O trânsito de *riksmål* para *bokmål* produziu-se em 1929 e foi encabeçado pelo parlamento. Foi a primeira vez que um órgão competente tomava uma decisão formal relativamente às denominações das variedades linguísticas. Porém, se bem que de maneira informal, a denominação *riksmål* estava já consolidada e continuou-se a usar. Após a II Guerra Mundial, quando a luta com motivo da política de amalgamação se endureceu, o conflito pola nomenclatura também se desenvolveu. O movimento de resistência que defendia as formas tradicionais da língua (mais achegadas ao dinamarquês) codificou uma versão independente ao padrão com base na variedade tradicional estabelecida pela reforma de 1917 (veja acima), mas aceitava alguns dos traços ortográficos que resultaram da reforma de 1938, já com um uso estendido. O próprio movimento conheceu-se pelo nome de *riksmål* e, de aí para frente, esse termo denotava já não apenas uma variedade linguística, mas uma ideologia. O termo *bokmål*, pola sua parte, era agora usado para designar a variedade padronizada da língua, com uma acentuada opcionalidade e que abrangia formas derivadas de *nynorsk* e dialetismos bem como uma variedade tradicional, mas menos que o *riksmål*. Esse padrão manteve-se até a década de 1980, quando a política linguística oficial tornou-se mais confortável para o movimento *riksmål*. Isto significou que as linhas fronteiriças entre a «oposição» *riksmål* e a oficialidade representada pelo *bokmål* volveram-se muito difusas. O próprio *bokmål* polarizara-se em duas varia-

des com muitas formas de transição, uma variedade moderada e uma outra mais extrema. O *bokmål* moderado tinha um caráter mais marcadamente *riksmål*, enquanto o radical esticava-se para o *nynorsk* e a fala popular. O problema foi que o *bokmål* moderado assemelhava-se cada vez mais ao *riksmål* e o radical era abertamente contrário a este. Do outro lado, o movimento *riksmål* abriu a sua codificação linguística para o *bokmål* moderado, aceitando uma quantidade limitada de formas não ligadas ao *riksmål* quando as equivalências nesta variedade tinham sido marginalizadas no uso, inclinando ainda mais a balança para o *bokmål* moderado. Esta política teve o seu efeito entre a década de 80 e 90.

Esta é a situação atual. O *riksmål* e o *bokmål* moderado estão cada vez mais misturados, não só linguisticamente, mas também dentro das retóricas ideológicas. As formas radicais dentro do *bokmål* foram excluídas desta unidade, mas ainda existem dentro do *bokmål* e são usadas maioritariamente pelas pessoas ideologicamente comprometidas com uma política de abertura do padrão *bokmål* à fala popular das zonas tanto rurais quanto urbanas, sobretudo no populoso sudeste do país.

Quanto ao *nynorsk*, Ivar Aasen apresentou o seu novo padrão num livro intitulado *Prøver af Landsmaalet i Norge* («Amstras do *Landsmål* na Noruega», 1853). *Landsmål* significava «a língua do país». Contudo, o termo norueguês *land* pode significar tanto «país» em sentido geral como «campo». O seu uso não foi imediato já que os seus adeptos consideravam o termo *norsk* «norueguês» como o único termo objetivo e correto (o que implica, é claro, que a outra alternativa e padrão dominante era «não-norueguês»). No decreto parlamentar de 1885, o termo

det norske Folkesprog «a língua do povo norueguês» foi usado como contrapartida à «língua dos livros», mas não era claro o que realmente *Folkesprog* significava: o *nynorsk* estandardizado (na codificação de Aasen ou em alguma forma alternativa) ou os dialetos orais em si próprios? Esta última opção é a mais aceite. *Landsmål* estabeleceu-se como o termo mais usado na fala oficial ou entre os usuários que usavam a língua com menos frequência. Houve quem o desaprovasse por causa das suas conotações rurais. Um dos principais problemas do movimento que promovia esta língua era a dificuldade ou impossibilidade de fazer com que enraizasse nas comunidades urbanas, embora a sua penetração fosse efetiva em certas áreas rurais da Noruega.

No começo, O termo *nynorsk* («o novo norueguês») foi raramente usado no sentido moderno. Foi um termo de periodização em descrições da história da língua, apontando o norueguês oral (dialeto) do século XVI como sucessor do *gamalnorsk* («norueguês antigo») (a língua que em inglês se conhece como nórdico antigo e engloba tanto o norueguês como o islandês antigo). Na história do norueguês também se fala de um estágio denominado norueguês médio (*mellomnorsk*), caracterizado por um processo marcado por uma morfologia simplificada e um vocabulário mais internacional (influenciado nomeadamente pelo baixo alemão) durante o século XV e os decênios imediatamente anteriores e posteriores. *Nynorsk* («novo norueguês») era um termo muito natural no período mais recente e é comumente aceite que as características estruturais da fala norueguesa popular de cerca de 1600 atingiram o estágio de «novo norueguês», que compunha a base sobre a qual Aasen construiu a sua codificação. No entanto, não foi até passado o ano 1900 que o *nynorsk* começou a

ser usado para designar uma variedade linguística que evoluiu a partir das obras de Aasen e de reformas posteriores, variedade que na altura foi oficialmente denominada *landsmål*. O decreto parlamentar de 1929 para escolher o nome das variedades apenas introduziu formalmente *nynorsk* como denominação para o *landsmål* e, ao contrário do que *bokmål* para a outra variedade, *nynorsk* foi rapidamente aceite no uso, tanto entre adeptos como entre detratores. Finalizada a guerra, *landsmål* era uma simples maneira arcaica de denominar o *nynorsk* e não um termo vivo (exceto para ser usado em contextos históricos).

Høgnorsk («alto norueguês») é um termo bastante recente usado para designar o *nynorsk* com as suas formas mais tradicionais, aproximando-se à forma que apresentava no século XIX ou a começos do XX. Alguns grupos dentro do movimento *Nynorsk* reagiram contra a política de fusão e defenderam a volta para as formas mais antigas, o qual aproximaria esta variedade à codificação original de Aasen. Esta sensibilidade tradicionalista sempre estaria latente e por vezes de forma muito ativa. Contudo, o termo *Høgnorsk* é relativamente recente e nunca alcançou um estatuto oficial.

E, por último, está o *samnorsk* («norueguês comum»). Este termo surgiu por volta de 1900 para designar o objetivo real ou imaginário que perseguia a política de amalgamação, isto é, uma língua futura que ninguém sabia exatamente como é que seria. O termo nunca possuiu um estatuto oficial, mas após 1945 foi usado a grande escala, especialmente pelo movimento *riksmål*, o qual usava-o na sua propaganda como «palavra odiada». Este grupo dominou a maior parte do discurso na década de 1950 e mudou o conteúdo do conceito *samnorsk* para que significasse

«*bokmål* radical», tornando-a assim uma variedade linguística conhecida e não apenas um objetivo para o futuro. Opuseram-se com contundência contra as formas que eles próprios deram em denominar *Samnorsk*, formas dialetais da área de Oslo e conseguiram comprometer a ideia de amalgamar gradualmente o *bokmål* e o *nynorsk*. O *samnorsk* já não é um termo muito usado hoje em dia, apenas aparece em contextos históricos, embora ainda possa fazer parte de algum slogan para aludir formas linguísticas radicais do *bokmål* a conterem formas dialetais urbanas ou vocábulos do *nynorsk* que muitos utentes do *bokmål* considerariam esquisitos ou mesmo revoltantes.

O projeto *samnorsk*

Como já foi dito, a ideia de amalgamar o *bokmål* e o *nynorsk* (usam-se estes termos com independência do período de que se tratar, por uma questão de simplicidade) num futuro *samnorsk* surgiu por volta de 1900. Em teoria, devia-se atingir este objetivo a partir de um processo gradual de aproximação linguística mútua (*tilnærming*) entre as duas variedades. A seguir, vamos mostrar como é que este processo foi planificado e avaliaremos os resultados.

A condição básica para tal política ser efetiva era a relativamente grande similitude entre as duas variedades escritas e os padrões dialetais das diferentes partes do país. O *bokmål* baseava-se numa variedade fonética norueguesa do padrão escrito dinamarquês. Os seus utentes viveram em estreito contacto com os dialetos locais falados em diferentes áreas, a mais importante das quais a sudeste, onde fica a capital. Esta fala estava mais próxima das variedades suecas e dinamarquesas

vizinhas do que das falas orientais e setentrionais da Noruega. Contudo, Ivar Aasen baseou o seu *nynorsk* padrão nas formas dialetais que mais se assemelhavam ao nórdico antigo e que se conservavam no oeste e em algumas zonas montanhosas interiores do sul do país. Assim, procurou-se a máxima distância entre as duas variedades escritas, embora continuassem a ser mutuamente inteligíveis.

O movimento *Nynorsk*, pola sua parte, ambicionava unificar todos os dialetos *nynorsk* e os seus falantes num padrão comum para o norueguês. A tendência arcaizante quanto à codificação surgiu a partir da consideração de que as características mais comuns eram aquelas próprias da fase em que os dialetos se dividiram uns dos outros. O nórdico antigo concebia-se como uma língua unificada sem ou quase sem qualquer variação dialetal (conceção que pesquisas posteriores a respeito da literatura manuscrita norueguesa modificariam notavelmente). O padrão *nynorsk* de Ivar Aasen foi em muitos aspetos uma criação impressionante pola sua sistematicidade e as suas qualidades estéticas, que o faziam especialmente adequado para fins poéticos ou artísticos. Alguns dos seus utentes atingiram uma alta qualidade literária nos seus trabalhos. Porém, na sua forma original este padrão era bom demais para ser utilizado habitualmente por toda uma comunidade e, contra os avisos do seu criador, as características mais importantes do *nynorsk* passaram a ter um grau crescente de variabilidade e vários ajustes em função dos diferentes grupos dialetais. Em outras palavras, este padrão revelou-se mais flexível do que o próprio Aasen teria gostado, pois a flexibilidade vai, habitualmente, à custa da sistematicidade.

O mesmo se passou com o *bokmål* quando as características dos dialetos do sudeste se incorporaram à língua, particularmente em funções literárias e informais. Esta tendência foi acentuada pelo desenvolvimento demográfico na Noruega: a população da área de Oslo expandiu-se mais rapidamente do que no resto do país (zonas urbanas como Bergen ou Trondheim cresceram em detrimento das zonas rurais circundantes). À medida que o século XX avançava, as características linguísticas da fala popular do sudeste eram vistas como marcadamente expansivas. Esta foi a chave que abriu a língua à política de achegamento, com uma amalgamação absoluta e o *samnorsk* como objetivo. O slogan que condensava este espírito era «unificação linguística» (*språklig samling*). Através da introdução de formas dialetais populares do sudeste nos dous padrões oficiais, o *bokmål* passou a ser o padrão mais representativo de um ponto de vista social, menos ligado à fala das elites – o que muitos viram como um ativo quando o movimento operário cresceu e guiou a sociedade para a democracia e o bem-estar. O *nynorsk* também ganhou em representatividade, se bem que de um ponto de vista só geográfico ao se aceitarem formas dialetais do sudeste em pé de igualdade com as formas ocidentais (também foram aceites formas septentrionais, usadas com cada vez maior frequência durante esses anos). Esta foi a política em auge em 1938.

Após a II Guerra Mundial, o Partido Trabalhista governou o país por 20 anos e a coligação não-socialista que assumiu o poder em 1965 deu continuidade a muitos aspetos básicos do governo social-democrata, incluída a política linguística. Porém, a resistência teve êxito ao assegurar uma modificação e uma mudança gradual desta política, referida acima. A seguir, vão-se

esboçar as principais forças catalisadoras dos desenvolvimentos a partir da década de 1950.

A fase da resistência foi mais forte na década de 1950. Os agentes de planificação linguística tinham subestimado a força do costume e da tradição entre os utentes da língua. Grandes grupos de pessoas, em que também se integravam as elites culturais, julgaram que um governo autoritário estava a roubar a sua língua mediante o uso forçoso de formas que o povo achava esquisitas e vulgares. Houve uma resistência generalizada, sobretudo nas cidades e vilas, nas quais o *bokmål* estava numa posição mais forte.

Um grande problema é apontado pelo uso do objetivo «vulgar» – pois muitas das novas formas não eram necessariamente novas nem desconhecidas, mas estavam presentes na fala dialetal popular e eram associadas à classe operária urbana e rural. Esta foi uma das razões que levaram o Partido Trabalhista a promovê-las, para reduzir os preconceitos sociais também na língua pois mesmo para quem usava estas formas na fala, estas conotavam falta de dignidade. Muitas pessoas magoavam-se por as suas crianças, na escola, aprenderem que essas formas faziam parte do padrão e, dessa forma, os livros escolares integraram-se na linha de combate. O controlo do Estado sobre a instituição escolar era total e, assim, havia regulamentos que estabeleciam que manuais escolares se deviam usar, decisões também determinadas pelo uso linguístico. Estes regulamentos foram o primeiro a ser suavizado e modificado frente à resistência de milhares de pais e mães, já na década de 1950.

No entanto, um desenvolvimento oposto ocorreu de uma maneira mais discreta e menos visível: uma aceitação crescente

de muitas novas formas que já estavam mais estendidas na fala e menos estigmatizadas com o selo de «vulgaridade». No uso, uma diferença surgiu parcialmente entre as ideologias políticas, um bom exemplo foi a imprensa. Os jornais mais conservadores seguiam a norma *riksmål* (ver acima), enquanto os mais centristas e radicais se mantinham no padrão oficial e, devido à opcionalidade, escolhiam as formas «moderadas» frente as mais «radicais», mantendo a distância com o «*riksmål*». O resultado em longo prazo foi que as formas marcadamente «radicais» (dialetais ou *nynorsk*) deixaram de ser usadas ainda que permaneciam como formas opcionais do padrão em obras lexicográficas e ortografias escolares (até 2005), enquanto as mais moderadas ganharam um maior uso de maneira gradual e acabaram sendo consideradas aceitáveis e «neutrais» no conflito linguístico. A partir desse momento, os equivalentes em *riksmål* dessas formas foram cada vez mais vistos como algo «enobre» ou «fora de moda». Foi assim que se desenvolveu uma espécie de «meio-termo» que mesmo se converteu em posição dominante.

Na década de 1970 um forte movimento antiautoritário com inclinações esquerdistas entre os jovens desafiou o movimento *riksmål*, posicionou-se em favor do *nynorsk* e do uso dos dialetos e promoveu o uso de formas «vulgares» da fala da classe operária das áreas urbanas (especialmente de Oslo). Esta onda decresceu após a década de 1980, quando a direita política atingiu o poder no âmbito económico e social, mas continuou a promover o uso de dialetalismos e uma atitude mais livre para as formas escritas que reforçou o «meio-termo», onde a opcionalidade entre as formas populares e as mais tradicionais continuou a existir e se estabeleceu de maneira permanente. As novas ten-

dências novamente impulsionadas pela mocidade contribuíram para desconstruir as diferentes posições quanto à língua, dando como resultado um estilo mais informal na escrita que favoreceu muitas das formas populares do *bokmål*, na medida em que já ganharam espaço no uso. Tanto no lado do *riksmål* como no contrário, muitas formas desapareceram gradualmente do uso por serem vistas como muito antiquadas. A nova ortografia *bokmål* de 2005 foi baseada nesta nova atitude com respeito às formas linguísticas e ao uso que se surgiu a partir delas. As tendências atuais no que diz respeito do desenvolvimento da língua são dominadas por gerações que nasceram após este intenso conflito linguístico e que estão imaculadas dos sentimentos e atitudes da geração das suas avós.

O presente artigo termina como um breve esboço da situação atual, articulado a partir de três palavras-chave.

A primeira é **estabilização**, que é evidentemente o objetivo das reformas ortográficas mais recentes. A política oficial pula agora por manter o *bokmål* e o *nynorsk* como padrões independentes, embora o *bokmål* seja imensamente dominante e a comunidade *nynorsk* esteja a lutar por manter a vitalidade da sua língua. Como língua da elite cultural, o *nynorsk* mantém-se bem, mas são precisos esforços ativos para perdurar, sobretudo entre as camadas mais jovens. As ortografias oficiais de ambas as variedades parecem estar estabilizadas num ponto intermédio entre os estilos mais tradicionais do passado e os elementos mais radicais da política de amalgamação, que agora também é considerada «antiquada».

A segunda é **fragmentação**. Nas esferas extraoficiais (tanto governamentais como privadas), são desenvolvidos e explora-

dos muitos níveis estilísticos, baseados com muita frequência nas falas dialetais tradicionais, mas também recetivos a recursos tirados do inglês ou de registos com base em línguas de imigrantes não ocidentais. Estes estilos orais estão agora sendo usados mesmo na escrita por parte da mocidade e da chamada média eletrónica. Aqui abunda a criatividade e surgem novos recursos linguísticos continuamente. É impossível apontar agora como é que tudo isso influenciará a evolução da língua no futuro.

A terceira, e última, é a **acomodação**, aplicada à fala informal. Dado que os dialetos foram amplamente utilizados na Noruega, também em contextos oficiais pelo menos desde a década de 60, estes não ficaram inalterados. Estão constantemente influenciados por dialetos vizinhos, em particular pelo dialeto da cidade mais próxima, desenvolvendo unidades maiores mais regionais do que locais, como antes. Também são influenciados pelos padrões, principalmente pelo *bokmål*, mas também pelo *nynorsk* na Noruega ocidental (nas regiões em que a comunidade costuma ver o *nynorsk* escrito). É possível que se produza uma amalgamação por via oral a longo prazo numa espécie de *samnorsk* (com independência de qualquer política oficial), mas assim é como tem de ser a coexistência estável futura entre vários regioletos em diferentes partes de um país.

- Um breve apontamento geográfico: a Noruega é um país longo e estreito, com frequência dividido em duas partes: a Noruega setentrional (*Nord-Norge*) e a Noruega meridional (*Sør-Norge*). No entanto, esta última fração é o suficientemente extensa como para ser dividida em este e oeste. Em norueguês (*Bokmål*) essas partes denominam-se *Vestlandet* e *Østlandet*,

em galego-português Noruega ocidental e oriental. Vestlandet é pois a parte ocidental de *Sør-Norge*, enquanto Nord-Norge não tem qualquer divisão. O centro da Noruega ocidental é Bergen sendo Oslo o da Noruega oriental, a qual é, pola sua vez, capital do Estado. A parte mais ao Norte da Noruega meridional, contigua a Noruega setentrional e com a cidade de Trondheim como centro urbano, denomina-se *Trøndelag*. Em *nynorsk*, por outra parte, o Estado é chamado *Noreg* (*Bokmål: Norge*) e Østlandet, Austlandet (já que esta variedade preservou a ditongação do nórdico antigo em muitas palavras onde os ditongos foram monotonguizados em *bokmål*, bem como em dinamarquês e sueco.

•• Até 1924 a capital do Estado conheceu-se pola denominação de *Christania* a partir do reinado do rei Christian IV no século XVII. A partir de 1925 foi rebatizada como *Oslo*, um nome proveniente do nórdico antigo que data da era viquingue. Utilizar-se-á a denominação *Oslo* por questão de simplicidade.